



POLÍTICAS PÚBLICAS: O NEOLIBERALISMO E A EDUCAÇÃO SOB A ÓTICA DA RACIONALIDADE CAPITALISTA

MOREIRA, Eveline da S. Gontijo¹; SOUZA, Clésio Feliciano de²

¹Mestranda em Educação para Ciências e Matemática pelo Instituto Federal de Goiás – IFG Câmpus Jataí; Docente da Educação Básica - Ensino Fundamental, Graduada em Pedagogia; evelinegmoreira@gmail.com

²Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU; Mestre em Educação pela Universidade Católica Dom Bosco UCDB-MS; Coordenador do Curso de Pedagogia – Licenciatura do Instituto Superior de Educação Almeida Rodrigues – ISEAR; E-mail: clesiofeliciano@hotmail.com

Resumo:

O objetivo deste artigo é discorrer sobre políticas públicas e suas transformações com ênfase na relação neoliberalismo e educação, especificamente apontando como o neoliberalismo consegue impor suas políticas antidemocráticas no que tange ao direito à educação. Para consolidar a importância do assunto aqui abordado, adotou-se o levantamento bibliográfico realizando a identificação e seleção, na literatura existente, de aportes significativos relacionados ao tema. A educação que deveria ser fator de transformação social nada mais é que o mecanismo de transmissão de conhecimentos necessários a expansão do sistema capitalista e ao atendimento das necessidades das classes dominantes. A prática educativa tem uma configuração definida pela ação política, a atuação do professor demanda apenas uma compreensão da realidade aparente e não exige sólido conhecimento teórico e prático, já que a realidade está posta e é comumente naturalizada. Assim, os conhecimentos adquiridos por meio dessa prática educativa, resultam apenas em mercadoria, com propriedades capazes de satisfazer as necessidades do capital. É preciso redescobrir a verdadeira função docente e estimular a sociedade em geral, a apropriar dos saberes para assim, transformar a realidade.

Palavras-chave: Políticas antidemocráticas. Ideologia. Capitalismo.

Introdução

Um novo tempo, marcado pela tecnologia, pelo ciclo de acumulação do capital, sobretudo, pela especulação financeira, são marcos do processo de globalização, cujas transformações afetam o homem em suas relações sociais. A sociedade contemporânea advém de um processo acelerado e historicamente atrelando a educação e o modo de produção. Neste sentido, o presente artigo visa discorrer sobre políticas públicas e suas transformações com ênfase na relação neoliberalismo e educação, especificamente apontando como o neoliberalismo consegue impor suas políticas antidemocráticas no que tange ao direito à

educação. Foram realizados levantamentos bibliográficos a fim de analisar as contribuições científicas existentes, recorrendo ao aprofundamento de leituras sobre a temática em estudo.

A proposta de estudar esta temática esta vinculada à necessidade de analisar a realidade que está posta pelo capitalismo, na maioria das vezes concebida de forma natural, incapaz de ser contestada ou compreendida. Temos assim concepções, fundamentalmente opostas, uma que difunde a ideia do capitalismo (como um fim em si mesmo, essencialmente necessário para que a realidade se efetive) e outra que desvela as imposições do próprio capitalismo, indo além do aparente, baseando-se na dialética e no viés sociológico.

Um poder que concentra a ciência, a tecnologia de ponta e diversas formas de linguagem que rompem fronteiras, forma um pensamento e um comportamento único, que registram o processo de mundialização. Este processo exige uma educação com formação de cidadãos preparados para atuarem conforme as exigências do mercado de trabalho na era digital. Comumente, ouve-se a defesa e o argumento de que é preciso “desenvolver integralmente o educando”.

Neste sentido, é preciso considerar quem é este indivíduo (considerando toda a sua historicidade), quem o forma e para que (finalidade) essa formação. De antemão, é preciso salientar que a educação não se reduz a um ambiente ou instituição. A educação é prática social que constitui e é parte constituinte das relações humanas e está a serviço de atender as necessidades dos indivíduos (ou pelo menos deveria). As necessidades básicas dos indivíduos estão intrinsicamente relacionadas à educação e ao trabalho, pois ambos são essenciais para a humanização do indivíduo enquanto ser social.

Educação integrada à racionalidade sócio-política do capitalismo

As políticas públicas são implementadas por meio do Estado (conjunto de instituições permanentes) e este por sua vez, realiza ações específicas para determinados setores da sociedade. Hofling (2001, p. 30) esclarece

Estado não pode ser reduzido à burocracia pública, aos organismos estatais que conceberiam e implementariam as políticas públicas. As políticas públicas são aqui compreendidas como as de responsabilidade do Estado – quanto à implementação e manutenção a partir de um processo de tomada de decisões que envolve órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada. Neste sentido, políticas públicas não podem ser reduzidas a políticas estatais.

Desse modo, o Estado capitalista qualifica constantemente a mão-de-obra para o mercado e por meio das políticas públicas, procura inserir no mercado, aquelas pessoas que não fazem parte do processo produtivo. Temos então, a submissão do espaço educacional à lógica do mercado, desrespeitando assim a função da prática educativa (MASCARENHAS, 2005, p. 161).

É importante considerar qual a relação que se pode estabelecer entre educação e trabalho, desconsiderando a apresentação de trabalho como sinônimo de emprego. Mascarenhas (2005, p. 162) esclarece que “[...] Trabalho é a ação produtora, ação criadora por meio da qual o homem estabelece relações com a natureza e com os outros homens. Portanto trabalho é o elemento fundamental de constituição de sociabilidade.”

Trabalho nessa perspectiva, representa muito mais que uma formação profissional, muito mais do que adaptar o homem a obtenção de lucros por meio de sua atividade produtora. Vale ressaltar ainda, que na sociedade atual, educação e trabalho são aspectos que se contrapõem, pois a formação geral e a formação profissional são desintegradas.

O capital em crise estrutural tem acarretado enormes prejuízos à formação humana, uma vez que, de maneira agudizada, ainda mais desumana do que nas suas crises cíclicas, atinge todos os complexos sociais, forçosamente tentando driblar uma situação desesperadora para seu sistema metabólico. Alicerçada pela própria lógica da sociabilidade capitalista e consubstanciada na relação antagônica entre capital e trabalho, a crise – que ora atravessa a sociabilidade do capital – desfere contundentes golpes na classe trabalhadora, muitas vezes falseados por promessas e ilusões de humanização (PAULA; MORAES; COSTA, 2013, p.183)

Ao falarmos sobre trabalho e educação não podemos deixar de mencionar aquele que ensina, já que o professor constitui um profissional (trabalhador) que está a serviço da formação de outros indivíduos o qual deve corresponder as exigências do mercado tanto no que diz respeito à prestação de serviços, quanto a especializar mão-de-obra para o capitalismo. Assim, é necessário dotar o docente de ferramentas e convicções que condizam com o sistema vigente.

A discussão ora apresentada permanece como ponto de destaque na formação de professores, primeiro por representar uma preocupação com a relação teoria e prática tão cara à formação humana integral. Com efeito, tal processo, perspectivado em uma articulação entre subjetividade-objetividade, mediado pela reflexão consciente, configura a práxis no movimento real. É oportuno enfatizar que a sociedade contemporânea edificada pela regência do subjetivismo, do pragmatismo e do economicismo, engendra sobreposições de um processo sobre outro, visando atender aos ditames do capital, mantendo-se em dívida com o processo de objetivação do gênero humano. Como corolário, a formação docente tem sido

esvaziada nos fundamentos que orientam a prática de futuros profissionais, impossibilitando uma verdadeira apreensão do real e, por conseguinte, minando a realização de intervenções que de fato evidenciem ações emancipatórias no mundo dos homens (PAULA; MORAES; COSTA, 2013, p.193)

Dandolini; Arce (2009, p. 83) ao discorrer sobre algumas questões sobre a formação de professores (concepções de formação prática-reflexiva e pautada nos saberes) pondera que as mesmas vinculam-se ao ideário neoliberal e ao pensamento moderno

[...] Uma delas é a intensa valorização da subjetividade das educadoras e professoras, por meio da propriedade de suas representações no seu processo de formação. Esta centralidade na subjetividade ou intersubjetividades, que afirma que os resultados dependem do indivíduo, é um princípio central do ideário neoliberal, que veicula a naturalização das diferenças individuais. A outra premissa articula-se ao pensamento pós-moderno na medida em que nega a existência do conhecimento objetivo e universal, colocando em seu lugar, realidades construídas pelas educadoras que orientam suas ações.

A naturalização dos acontecimentos bem como tratar as contradições que permeiam o processo educativo como meros conflitos, negando assim suas origens é eliminar a necessidade de compreender e transformar a sociedade. Dandolini; Arce (2009, p. 84, grifo das autoras) ao defender o conhecimento no centro da formação das professoras das crianças de 0 a 6 anos pontua

[...] é possível afirmar que ao mesmo tempo em que as professoras são consideradas protagonistas, na maioria das produções em análise, são esvaziadas dos conhecimentos emancipatórios produzidos historicamente. A referência à teoria é restrita ao ‘cotidiano em si’ da educação das crianças de 0 a 6 anos, cujo significado se expressa na secundarização do conhecimento, na formação e se objetiva na desintelectualização das professoras de crianças de zero a seis anos [..]

Podemos afirmar que de acordo com a difusão de políticas neoliberais e pós-modernas impostas pelo capitalismo, esta tem sido a essência da formação docente de qualquer nível de ensino (Educação Infantil até o Ensino Superior), pois busca-se apenas uma compreensão superficial do cotidiano em si (imediatismo, realidade aparente, cuidados paliativos) e a naturalização dos desdobramentos e desenvolvimento dos educandos.

Brasil (2005, p. 9) ao discorrer sobre a pedagogia contida na forma de produzir capitalista, alerta

O capitalismo possui uma processualidade histórica que impõe e mantém uma realidade compatível com sua lógica, referendada por um processo de socialização humana da qual a base é construída pelo trabalho alienado. Este, relacionado, sistematicamente, com a educação, forja uma concepção de mundo também conveniente ao capitalismo e o resultado só poderia ser a ocultação das condições

inerentes aos embates travados na relação trabalho e capital. Em seu desenvolvimento, o capitalismo constitui e é constituído de elementos prescritivos dirigidos a ação humana, regulando-a e, nesse sentido, criando um caminho pedagógico.

Partindo do pressuposto de que a educação é prática social logo está (erroneamente) subordinada à lógica do mercado, pois assim todas as atividades e/ou relações desenvolvidas por todos os integrantes do processo educativo, objetivam (apenas) a formação de um indivíduo capaz de atender as necessidades da sociedade e com racionalidade técnica (capacidade para o trabalho). A educação, atrelada ao modo de produção, também sofre suas transformações, equalizando a qualidade total da globalização.

Vaz; Favaro (2010, p. 512) ao discorrer que a escola faz parte das necessidades do progresso das cidades e sobre a qualidade do ensino, pontua

[...] As responsabilidades que hoje são atribuídas ao professor, ultrapassam o âmbito pedagógico, indo além do ensinar. Ele enfrenta questões político-sociais, tendo que se envolver em questões familiares, lidar com drogadição, a violência e outros problemas que permeiam o espaço escolar. Deixa assim de ser um profissional cujo objetivo é ensinar, esvaziando-se de sua função e perdendo-se em meio a situações que ultrapassam suas possibilidades de atuação. As próprias políticas educacionais apostam no protagonismo individual do professor, para solucionar problemas escolares.

Mas, tais conceitos vigentes são próprios da transição da sociedade capitalista – industrial pontuada pelo modo de produção fordista¹, final da Segunda Guerra Mundial, para a sociedade global, do capital flexível. O modelo de produção fordista, de massa, também denominado de linha de montagem, criado por Henry Ford, caracterizou os anos de 1950 a 1960, como os anos dourados do setor automobilístico.

Os países europeus seguiam até então, o modelo de produção das bases do fordismo/keynesianismo², ou seja, ficou implantado o Estado do Bem-Estar Social³, que

¹ Fordismo é um termo que se generalizou a partir da concepção de Gramsci, o que utiliza para caracterizar o sistema de produção e gestão empregado por Henry Ford em sua fábrica, a Ford Motor Co. Gramsci associa tal sistema de produção à forma de racionalização que define um modo de vida, demandando “um novo tipo humano, em conformidade com o tipo de trabalho e de processo produtivo [...] uma mão de obra estável, um conjunto humano (o trabalho coletivo) [...] uma prática de gestão na qual se observa a radical separação entre concepção e execução, baseando-se está no trabalho fragmentado e simplificado, com ciclos operários muito curtos, requerendo pouco tempo para formação e treinamento dos trabalhadores (LARANJEIRA, 1997, p. 90).

² KEYNESIANISMO. Modalidade de intervenção do Estado na vida econômica, com a qual não se atinge totalmente a autonomia da empresa privada, e que prega a adoção, no todo ou em parte, das políticas sugeridas na principal obra de Keynes, *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, 1936. Tais políticas propunham solucionar o problema do desemprego pela intervenção estatal, desencorajando o entesouramento em proveito das despesas produtivas, por meio da redução da taxa de juros e do incremento dos investimentos públicos (SANDRONI, 1999, p. 324, grifo do autor).

objetivava a reconstrução da economia com bases na assistência social pelo Estado. Os Estados Unidos em específico, ao implantarem o Estado de Bem-Estar Social, programaram as questões do militarismo, o que ocasionou uma dívida interna, que atualmente está sendo refletida na crise do capital⁴ flexível, do século XXI.

Bazzo analisa a crise do capital pós fordismo/keynesianismo, enfatizando a necessidade de potencializar um Estado forte e fraco, da seguinte forma

Forte para realizar as reformas necessárias ao novo padrão de acumulação: romper com o poder dos sindicatos; combater movimentos sociais; reduzir gastos públicos. Fraco para não intervir nos negócios, deixando o mercado livre e ao sabor de suas próprias leis. Assim, as novas e inarredáveis metas dos governos que abraçaram este diagnóstico e a sua conseqüente prescrição passaram a ser a manutenção da estabilidade monetária, o controle do déficit público e a inserção internacional competitiva, mesmo que para isso fosse preciso sacrificar qualquer esperança de justiça, de direito e de liberdade humana, colocando em risco o próprio processo civilizatório calcado na possibilidade de uma racionalidade advinda, quem sabe um dia, do trabalho inteligente e emancipador (BAZZO, 2006, p. 26).

O novo padrão de acumulação de capital, atrelado a política neoliberal, elencou a denominada sociedade global, onde o Estado é forte e fraco simultaneamente, favorecendo as leis de mercado e o capital financeiro, rompendo fronteiras, agregando as culturas das nações em um universo único, caracterizado pela mundialização.

³ O trabalho em serviços também tem enfrentado mudanças, decorrentes da necessidade do capital financeiro em controlar e colocar os grandes excedentes de capital nas áreas que antes estavam nas mãos dos Estados nacionais, e que, na área de saúde, em particular, propugnam pela organização de um sistema de saúde baseado em seguros médicos. Essa ofensiva neoliberal que busca sedimentar a crença nas virtudes do mercado cujas, graças são alcançadas pela interferência mínima do Estado, pelo controle dos gastos estatais e da inflação, pela privatização das empresas estatais e pela abertura completa da economia, trata o suposto gigantismo do Estado com sua intervenção na economia, bem como os privilégios que esse tipo de atuação tinha conferido aos trabalhadores ao longo dos trinta anos gloriosos. (1945-1975), nos países capitalistas centrais, como as causas maiores da crise que se observa a partir da segunda metade dos anos 1970. Sendo assim, ao mesmo tempo que vai impondo derrotas às conquistas do *Welfare State* construído nesses países como uma resposta histórica ao processo de vulnerabilidade social, a ofensiva neoliberal busca recuperar os serviços sociais para as empresas privadas, propondo a remercantilização de tais serviços. Isso constitui um dos móveis principais da crítica que atualmente se faz ao Estado do Bem-estar Social em todo o mundo, motivado pelo interesse em controlar o fundo público destinado ao setor saúde (PEREIRA; LIMA, 2008, p. 33-34).

⁴CAPITAL. É um dos fatores de produção, formado pela riqueza e que gera renda. É representado em dinheiro. O capital também pode ser definido como todos os meios de produção que foram criados pelo trabalho e que são utilizados para a produção de outros bens. [...] Na teoria marxista, capital é o resultado da acumulação da mais-valia, obtida pelos empresários pela exploração do trabalho de seus operários ou empregados. [...] A teoria marxista considera que o conceito de capital se assenta não na propriedade de determinado tipo de meios de produção, mas numa forma específica de relação social, que se apresenta sob a forma de objetos: dinheiro, meios de produção, mercadoria. [...] A teoria marxista distingue ainda entre capital constante e capital variável. Capital constante é aquela parte do valor do capital empregada na compra dos meios de produção: máquinas, matérias-primas e outros materiais. O valor desse capital não sofre alteração durante o processo de produção, não podendo, pois, constituir a fonte do aumento do capital inicial. O capital variável é a quantidade de capital gasto na compra da força de trabalho e tem seu valor aumentado no processo de produção. Esse aumento se efetua por meio da obtenção da mais-valia, o que faz do capital variável o responsável pelo aumento do capital inicial (SANDRONI, 1999, p. 78-79).

O processo de acumulação do capital, no Brasil, findou-se no final da década de 1980, consolidando-se a fase de transição do modo de produção fordismo/kenysianismo para a política neoliberal, por meio das reformas nos anos de 1990, conforme enfatiza Bazzo:

As reformas neoliberais foram, então, sendo realizadas paulatinamente durante os governos de Fernando Collor (1989), depois durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1994 a 2002) e [...] por Luiz Inácio Lula da Silva (2003), cujo governo se iniciou implantando a reforma da Previdência, considerada a mais difícil pelos grupos que o antecederam no poder (BAZZO, 2006, p. 26).

Gaudêncio Frigotto; Maria Ciavatta explicam que a crise do capital das relações sociais, ocasionadas pela política neoliberal, provoca a mudança de ciclo de acumulação através da especulação do capital financeiro.

No plano mais profundo da materialidade das relações sociais está a crise da forma capital. Depois de uma fase de expansão, denominada por Hobsbawm (1995) de idade de ouro, com ganhos reais para uma parcela da classe trabalhadora, particularmente nos países que representam o núcleo orgânico e poderoso do capitalismo, o sistema entra em crise em suas taxas históricas de lucro e exploração. [...] Essa acumulação, todavia, não é possível para todos. Instaura-se, então, uma competição feroz entre grandes grupos econômicos, corporações transnacionais que se constituem, na expressão de Noam Chomsky, no poder de fato do mundo. Um poder que concentra a riqueza, a ciência e a tecnologia de ponta de uma forma avassaladora e sem precedentes (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003, p. 2).

A sociedade adquiriu um novo conceito, pois as relações sociais e de trabalho modificaram-se, e a política neoliberal adquiriu maior expressão por meio do Governo Reagan nos Estados Unidos e pela Thatcher na Inglaterra. No Brasil, a política neoliberal foi definitivamente implantada no Governo de Fernando Henrique Cardoso, cujo marco, foi a criação do Ministério da Administração da Reforma de Estado – (MARE) e, com a apresentação do documento elaborado pelo Bresser Pereira, denominado Reforma de Estado de 1995.

O neoliberalismo põe fim ao Estado do Bem Estar Social, afinal, não é o capital que está em crise, e sim o Estado que necessita de Reforma, ou seja, é um Estado forte para intervir em favor da economia, mas é mínimo para as questões sociais. As reformas estão voltadas para a administração pública, tributária, previdenciária, e principalmente para a privatização. As medidas políticas e econômicas em que se baseiam o neoliberalismo tem por pressuposto que o mercado é portador de racionalidade sócio-política e agente principal do bem-estar da república. Esse pressuposto leva a colocar direitos sociais (como a saúde, a educação e a cultura) no setor de serviços definidos pelo mercado (GENTILI, 1995).

Os efeitos do neoliberalismo e sua ofensiva sobre a escola pública se dão por meio de um conjunto de medidas políticas e de “estratégias culturais dirigidos a quebrar a lógica do sentido sobre o qual esta escola adquire legibilidade para as maiorias” (GENTILI, 1995, p. 230). Em outras palavras, o neoliberalismo consegue impor suas políticas antidemocráticas na medida em que consegue desintegrar culturalmente a possibilidade de existência do direito à educação, como direito social, e da toda a complexidade institucional que envolve a concretização deste direito, que é a própria escola pública.

É evidente que a importância das estratégias políticas também são consideráveis, já que são elas que preparam o cenário onde as mudanças devem se instalar e atuar efetivamente.

A investigação sobre políticas educacionais implica, portanto, no resgate da historicidade do fenômeno, buscando investigá-lo sob a perspectiva histórica no sentido de desvelar os conflitos, contradições, interesses e ideologias que estão por detrás da implementação de tais políticas e, neste sentido, é preciso reconhecer o campo das políticas educacionais como um domínio de investigação histórica, resgatando a historicidade cíclica e superando a investigação puramente narrativa e descritiva dos fatos. A mediação histórica no estudo das políticas educacionais permite uma compreensão global do fenômeno em seu desenvolvimento, elucidando como o presente dá significação ao passado, de modo que, numa perspectiva materialista histórico-dialética⁵, potencialize a capacidade dos agentes históricos, ou seja, o conhecimento da mudança. Não há como compreender o presente sem o aporte substancial da história, sem o debruçar crítico sobre as injunções dos acontecimentos passados no fenômeno presente (GOMIDE, 2014, p.9)

O que se pretende dizer é que o neoliberalismo atuando nas tradições culturais e desfazendo a lógica do senso comum, permite que se criem novos conceitos e que assimilem novos princípios reduzindo-os a sua mera formulação discursiva, vazia de qualquer referência de justiça e igualdade, afinal

[...] economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo atingiu muitos dos seus objetivos criando sociedades marcadamente desiguais, mesmo quando não tão desestatizadas quanto queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a simples idéia de que não há alternativa a seus princípios, que todos, se confessando ou negando, têm que se adaptar às suas normas (GENTILI, 1995, p. 230).

⁵ O materialismo histórico-dialético enquanto enfoque metodológico busca entender o modo humano de produção social da existência vinculando-se, portanto, a uma concepção de realidade, de mundo e de vida. Parte do pressuposto que o universo e tudo o que nele há tem existência material, concreta, e pode ser racionalmente conhecido. E esse conhecimento que é produzido pelo sujeito, reproduz o real em suas múltiplas determinações com o objetivo de superar a aparência mediata das coisas e atingir a sua essência (GOMIDE, 2014, p.6)

Outros diagnósticos tentam ir mais além do econômico e do social e têm um caráter mais global. Ao analisarmos os efeitos perversos do neoliberalismo percebemos que o mesmo constitui em totalitarismo. Quando Fernando Henrique Cardoso assumiu a presidência, em 1995, o processo de expansão de uma nova forma de organização do capitalismo tomou impulso decisivo, e o Brasil, tornou-se o país das reformas, catalisando toda a mudança social necessária a sua entrada no processo de mundialização do capital, sob a ótica de ideologia neoliberal.

O capital subordinou a atividade produtiva ao isolamento e fragmentação, tornando os homens e suas relações mecanizadas, adquirindo assim, forma de relações entre coisas, bem como sua divisão – os que produzem e os que controlam a produção, os qualificados e os não qualificados. A regulação do tempo, exercida sobre as mais diversas formas provocam no trabalhador, mediante uma violência discreta, a autodisciplina (LIMA, 2010, p. 50)

Por meio das políticas públicas e reformas governamentais, a classe dominante impõem suas “orientações” políticas e determina as objetivações humanas, manifestando assim os seus interesses.

[...] o trabalho docente na sociedade capitalista enfrenta desafios em todos os níveis da esfera humana: econômico, político, social, cultural, educacional. Tais problemas são enfrentados devido as necessidades sociais, que se revertem em políticas educacionais públicas para atender as necessidades do capital, preocupando-se com a formação para o trabalho, sem oferecer fundamentos e legitimidade para a formação desse profissional na sociedade (VAZ; FAVARO, 2010, p. 523)

São essas orientações políticas, no entanto, que teriam orientado o Governo Collor, quando se abriu decisivamente a economia brasileira à economia mundial, aumentaram-se abusivamente as taxas de juros, financiaram-se as despesas públicas com a entrada de capital estrangeiro, enfim, quando o Brasil, considerado mercado emergente, se fez mais um espaço a ver viabilizado para a expansão do capital, dada a crise do Fordismo instalada nos países cênicos a partir dos anos setenta. Como decorrência, passou-se a julgar imperativa a promoção de profundo ajuste de nosso país às supostas novas exigências dessa expansão (VIEIRA, 2000).

E o trabalhador simplesmente naturaliza os acontecimentos, acreditando ilusoriamente que os fatos simplesmente, acontecem.

O trabalhador ao invés de trabalhar para si, trabalha cada vez mais para o capitalista, tornando o próprio processo de trabalho numa condição de produção. Assim, nesse tipo de relação trabalhista, embora na aparência as relações se apresentem como

harmônicas, solidárias e em regime de cooperação, o que na essência acontece são mecanismos que desumanizam o trabalhador, afastam-no da sua condição de humano e o leva a reproduzir circunstâncias que mantêm a si e aos seus descendentes prisioneiros (LIMA, 2010, p. 54)

Esse movimento irá impor a reconfiguração das esferas pública e privada, cujas consequências no campo educacional seriam, então inevitáveis e com a racionalidade exigida pelo ajuste global do capitalismo em busca de legitimação ideológica neoliberal.

Hofling (2001, p. 38) salienta

Para ampliar o escopo de ofertas em relação a orientações e modelos educacionais, e também para aliviar os setores da sociedade que contribuem através de impostos para o sistema público de ensino sem utilizá-lo necessariamente, as teorias neoliberais propõem que o Estado divida – ou transfira – suas responsabilidades com o setor privado. Assim, além de possibilitar às famílias o direito de livre escolha em relação ao tipo de educação desejada para seus filhos, este seria um caminho para estimular a competição entre os serviços oferecidos no mercado, mantendo-se o padrão da qualidade dos mesmos.

É evidente a estreita relação dessas políticas educacionais aos interesses capitalistas. Os educadores, de modo geral, não percebem ou não assimilam criticamente como o governo vigente, utiliza do trabalho do professor para impor suas ideologias. Nem formação do professor não foge a esta lógica pois o conhecimento é minimizado e a capacidade do professor de ser autônomo e responsável para “jogar o jogo do capitalismo” atendendo com eficácia e eficiência as exigências do setor produtivo é o aspecto mais relevante.

Considerações finais

Com o objetivo de discorrer sobre políticas públicas e suas transformações com ênfase na relação neoliberalismo e educação, especificamente apontando como o neoliberalismo consegue impor suas políticas antidemocráticas no que tange ao direito à educação, percebe-se que neoliberalismo vê a educação de forma específica e a educação é integrada no mercado capitalista. Assim, espera-se que a escola produza sujeitos com conhecimentos necessários para competir no mercado e atender as demandas capitalistas. Contudo, percebe-se que o aluno passa a ser um mero consumidor do ensino haja vista que precisa adquirir conhecimentos exigidos pela sociedade, enquanto o professor é treinado para capacitar os seus alunos a se integrarem no mercado de trabalho, tornando-se assim um mero funcionário do capitalismo e a escola é uma agencia educativa ligada às necessidades do progresso.

Dessa forma, o processo de expansão do capital tende a reorganizar o espaço da educação segundo sua própria racionalidade, entretanto, não o fazendo apenas do ponto de vista econômico: no ato mesmo da reorganização econômica, a esfera de natureza simbólico-cultural altera-se, para constituir-se de valores e signos próprios da lógica do capital. Portanto, a um só tempo, redefinem-se as ações de natureza pública e privada, nas mais variadas atividades humanas no âmbito do estado e da sociedade civil.

Dado a complexidade do tema, não tivemos a pretensão de esgotar a reflexão a respeito dessa temática e sabemos que novos enfoques poderão ser realizados.

O levantamento bibliográfico a respeito do tema revela que Trabalho e Educação são essenciais para o desenvolvimento social e individual do ser humano e são indissociáveis. Neste sentido, a aprendizagem também deve se processar no momento do trabalho. Educar é muito mais que preparar para um emprego e as políticas neoliberais têm apregoado a educação como mercadoria, dissociando a relação política e pedagógica na formação do indivíduo e o educador também tem sido formado para atender à lógica do capital, onde sua atuação é desmerecida, o conhecimento negado e a realidade construída pelo próprio capital, orienta a prática pedagógica (desprovida de sólido conteúdo teórico e prático). Assim, a obtenção de lucro tem sido fomentada em detrimento da formação por meio da educação.

Por fim, a presente pesquisa contribui para o aprofundamento quanto à questão das políticas públicas fomentando o rompimento da lógica do capital que concebe a educação apenas como agente do crescimento do sistema capitalista. Os aspectos aqui analisados deixam entrever a necessidade de que Educação, Trabalho e Política sejam concebidos como uma relação politizada e coletiva que resulte na construção da identidade do indivíduo, humanizando-o, apresenta ainda a necessidade de resgatar a real função docente de ensinar, buscando assim a promoção de mudanças de modo significativo e transformador.

Referências

BAZZO, Vera Lúcia. **As conseqüências do processo de reestruturação do estado brasileiro sobre a formação dos professores da educação básica: algumas reflexões**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

BRASIL, Maggie Nunes. **A pedagogia do capitalismo e seus componentes**. In: MASCARENHAS, Ângela Cristina Bélem (Org.). Educação e trabalho na sociedade capitalista: reprodução e contraposição. Goiânia: Editora da UCG, 2005. p. 8-48.

DANDOLINI, Marilene R.; ARCE, Alessandra. **A formação de professores da educação infantil**. In: ARCE, Alessandra; MARTINS, Lígia M. (Orgs). *Ensinando os pequenos de zero a três anos*. Campinas: Alínea, 2009. p. 51- 91.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. **Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado**. *Educação & Sociedade*. v.24 n.82. Campinas. Abril 2003.

GENTILI, Pablo. **Pedagogia da Exclusão – Crítica ao neoliberalismo em educação**. Petrópolis: Vozes, 1995

GOMIDE, Denise Camargo. **As políticas educativas a partir do materialismo histórico-dialético: aproximações epistemológicas**. I Encuentro Internacional de Educación: NEES - Facultad de Ciencias Humanas – UNCPBA. Argentina, 2014.

HÖFLING; Eloisa de Mattos. **Estado e políticas (públicas) sociais**. *Cadernos Cedes*, ano XXI, nº 55, Nov. 2001.

IANNI, Octávio. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1.999.

LARANJEIRA, Sonia M. G. Fordismo e pós-fordismo. In: CATTANI, A. D (Org.). **Trabalho e tecnologia: dicionário crítico**. Petrópolis: Vozes, p. 89, 1997.

LIMA, Laís Leni O. Trabalho, sociedade e educação. In: **As muitas faces do trabalho que se realiza na educação infantil**. 2010. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia. p. 29 – 66.

MASCARENHAS, Ângela Cristina Belém. Educação, trabalho e política: uma relação inevitável. Goiânia: ABEU, 2005.

PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Júlio César França Lima (Org). **Dicionário da educação profissional em saúde**. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

SANDRONI, Paulo (Org). **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 1999.

SANTOS, Deribaldo; JIMENEZ, Susana; VIANA, Cleide Maria Quevedo Quixadá; RABELO, Jackline (Org.). Educação pública, formação profissional e crise do capitalismo contemporâneo. In: PAULA, de Ruth; MORAES, Betânia; COSTA, Frederico. **O ProJovem e a educação na sociedade contemporânea**. Fortaleza: UECE, 2013. p. 181-194

TRINDADE, Héliqio. **A Universidade em Ruínas: na república dos professores.**
Petrópolis: Vozes, 1999.

VAZ, Joana D’Arc; FAVARO; Neide de Almeida Lança Galvão. **Os desafios do trabalho docente na sociedade capitalista.** Vol. 8. Travessias, 2010.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Política Educacional em Tempos de Transição (1985-1995).**
Brasília: Plano, 2000.